

Enel Green Power Parapanema S.A.

CNPJ: 23.842.003/0001-78

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Paranapanema S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jayne Barg	Diretor-Presidente
Jayne Barg	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Paranapanema S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Paranapanema S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

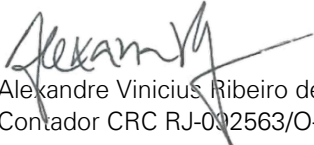
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-002563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.316	1.277
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	6.566	5.887
Outros tributos compensáveis		59	59
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	6.131	5.808
Outros créditos		807	772
Total do ativo circulante		16.879	13.803
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	140.513	138.916
Depósitos vinculados	9	10	10
Imobilizado	6	107.986	95.488
Intangível		1.599	915
Total do ativo não circulante		250.108	235.329
Total do ativo		266.987	249.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	12.400	12.857
Empréstimos e financiamentos	8	9.753	8.518
Salários, provisões e encargos sociais		396	508
Imposto de renda e contribuição social a pagar		274	430
Outras obrigações fiscais		190	459
Encargos setoriais		701	503
Dividendos a pagar	10	22.218	12.762
Outras obrigações		1.563	322
Total do passivo circulante		47.495	36.359
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisões para processos judiciais e outros riscos	9	16	594
Total do passivo não circulante		16	594
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	10	162.568	162.568
Capital social (a integralizar)		(7.898)	(15.000)
Reserva legal		6.849	5.728
Reservas de lucros		41.988	41.988
Dividendos adicionais propostos		15.969	16.895
Total do patrimônio líquido		219.476	212.179
Total do passivo e do patrimônio líquido		266.987	249.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	11	38.895	52.060
Custo do serviço	12	(12.113)	(23.875)
Lucro bruto		26.782	28.185
Despesas operacionais	12		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		10	(5)
Despesas gerais e administrativas		(1.395)	(1.703)
Total despesas operacionais		(1.385)	(1.708)
Resultado do serviço		25.397	26.477
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		335	245
Despesas financeiras		(1.796)	(1.076)
Total do resultado financeiro		(1.461)	(831)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		23.936	25.646
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.523)	(1.933)
		(1.523)	(1.933)
Lucro líquido do exercício		22.413	23.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	22.413	23.713
Total de outros resultados abrangentes do exercício	22.413	23.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Proposta para distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	123.350	-	4.542	41.988	-	-	169.880
Integralização de capital	39.218	(15.000)	-	-	-	-	24.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.713	23.713
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.186	-	-	(1.186)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.632)	(5.632)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	16.895	(16.895)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162.568	(15.000)	5.728	41.988	16.895	-	212.179
Integralização de capital	-	7.102	-	-	-	-	7.102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.413	22.413
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(16.895)	-	(16.895)
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.121	-	-	(1.121)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.323)	(5.323)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	15.969	(15.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.568	(7.898)	6.849	41.988	15.969	-	219.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.413	23.713
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(10)	5
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	1.235	365
Depreciação e amortização	5.387	1.255
Atualização de processos judiciais e outros riscos	63	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(7.984)	(13.795)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.523	1.933
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(626)	591
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(669)	1.966
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6.064	5.704
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	-	4
Outros tributos compensáveis	-	(6)
Outros créditos	(35)	(161)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(457)	395
Salários, provisões e encargos sociais	(112)	187
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(3.330)	(18)
Outras obrigações fiscais	(269)	23
Encargos setoriais	198	(608)
Outras obrigações	1.241	286
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	1.651	(1.943)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(15)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	26.268	19.896
Atividades de investimentos:		
Adições para imobilizado	(18.569)	(60.600)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(18.569)	(60.600)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	7.102	24.218
Captação de empréstimos e financiamentos	-	8.153
Pagamento de dividendos	(12.762)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(5.660)	32.371
Variação no caixa líquido da Companhia	2.039	(8.333)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.277	9.610
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.316	1.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 31,5 MW da UHE Paranapanema, cujo termo final da concessão está previsto para 5 de janeiro de 2036, e está contemplada no Contrato de Concessão de Geração nº 05/2016, com vigência até 30 de dezembro de 2045, em regime alocação de cotas de garantia física e potência.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	162	727
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	3.154	550
	3.316	1.277
Total	3.316	1.277

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	24	-	1.940	1.964	945
Suprimentos de Energia - ACR - Ambiente de Contratação Regulado	2.605	2	68	2.675	2.494
Contas a receber - partes relacionadas (nota 15)	613	-	1.382	1.995	2.526
	<u>3.242</u>	<u>2</u>	<u>3.390</u>	<u>6.634</u>	<u>5.965</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-	(67)	(68)	(78)
Total	<u>3.241</u>	<u>2</u>	<u>3.323</u>	<u>6.566</u>	<u>5.887</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(78)	(16)	26	(68)
Total	<u>(78)</u>	<u>(16)</u>	<u>26</u>	<u>(68)</u>

	31.12.2020	Adição	Reversão	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(73)	(7)	2	(78)
Total	<u>(73)</u>	<u>(7)</u>	<u>2</u>	<u>(78)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Ativo financeiro – contas a receber vinculados à concessão

A Companhia firmou em 5 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia, tendo sua contabilização embasada pelo ICPC 01, classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	144.724	136.632
Atualização financeira do bônus da concessão	7.984	13.795
Amortização do bônus da concessão	(6.064)	(5.703)
Saldo do final do exercício	146.644	144.724
Circulante	6.131	5.808
Não circulante	140.513	138.916

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	4.721	-	-	65.087	69.808
Reservatórios, barragens e adutoras	20.870	-	-	297	21.167
Veículos	853	-	-	-	853
	26.444	-	-	65.384	91.828
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(106)	-	(2.089)	-	(2.195)
Reservatórios, barragens e adutoras	(971)	-	(2.947)	-	(3.918)
Veículos	(128)	-	(270)	-	(398)
	(1.205)	-	(5.306)	-	(6.511)
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	70.249	18.550	-	(66.130)	22.669
	70.249	18.550	-	(66.130)	22.669
Total	95.488	18.550	(5.306)	(746)	107.986

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	Reclassificação	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2.558	-	-	2.163	-	4.721
Reservatórios, barragens e adutoras	15.720	746	-	5.150	(746)	20.870
Veículos	853	-	-	-	-	853
	19.131	746	-	7.313	(746)	26.444
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	-	-	(106)	-	-	(106)
Reservatórios, barragens e adutoras	(13)	-	(958)	-	-	(971)
Veículos	-	-	(128)	-	-	(128)
	(13)	-	(1.192)	-	-	(1.205)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	16.455	61.107	-	(7.313)	-	70.249
	16.455	61.107	-	(7.313)	-	70.249
Total do imobilizado	35.573	61.853	(1.192)	-	(746)	95.488

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,17%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2,50%
Veículos	0,42%

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia	1.481	-
Compra de Energia - partes relacionadas (nota 15)	-	1.457
Encargo de Uso da Rede	344	282
Total energia	1.825	1.739
Materiais e serviços	2.055	3.730
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 15)	8.520	7.388
Total materiais e serviços	10.575	11.118
Total	12.400	12.857

8. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante			Circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas - (nota 15)						
Enel Brasil - Mútuo	8.153	1.600	9.753	8.153	365	8.518
Total	8.153	1.600	9.753	8.153	365	8.518

A movimentação da dívida é como segue:

	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captações	8.153
Encargos provisionados	365
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.518
Encargos provisionados	1.235
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.753

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia	31.12.2022
Enel Brasil - Mútuo	8.153	07/06/21	07/06/23	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	8.153	Capital de Giro	Não	9.753

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

9.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas	18	23	(18)	8	(15)	16
Cíveis	576	-	(631)	55	-	-
Total	594	23	(649)	63	(15)	16

	31.12.2020	Adição	Atualização monetária	31.12.2021
Trabalhistas	1	13	4	18
Cíveis	2	500	74	576
Total	3	513	78	594

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

9.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2.097	2.518
Total	2.097	2.518

Os processos são de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social é de R\$ 162.568, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%
Total	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%

No exercício de 2022 foram realizados aportes como integralização de capital no total de R\$ 7.102 (R\$ 24.218 em 31 de dezembro de 2021) para integralização do capital social.

10.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

10.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2021 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 16.895, pagos de forma integral dentro do exercício de 2022.

10.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	12.762	16.895	5.323	(12.762)	22.218

	31.12.2020	Efeito não caixa	31.12.2021
		Dividendos mínimos	
Dividendos a pagar	7.130	5.632	12.762

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.5 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	22.413	23.713
(-) Reserva legal	(1.121)	(1.186)
Lucro ajustado	21.292	22.527
Dividendo mínimo obrigatório	(5.323)	(5.632)
Dividendo adicional proposto	(15.969)	(16.895)
	-	-

11. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	30.385	28.405
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 15)	9.489	18.952
Atualização do bônus de concessão	7.984	13.795
	47.858	61.152
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(1.436)	(1.835)
Pis	(311)	(397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	(632)	(555)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(370)	(440)
Amortização do bônus de concessão	(6.064)	(5.703)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(150)	(162)
	(8.963)	(9.092)
Total	38.895	52.060

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022				2021			
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(1.848)	-	(319)	(2.167)	(2.347)	-	(248)	(2.595)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	132	-	-	132	261	-	-	261
Provisão de processos judiciais e outros	-	-	626	626	-	-	(513)	(513)
Material	(320)	-	(58)	(378)	(603)	-	32	(571)
(-) Capitalização dos custos de material	39	-	-	39	154	-	-	154
Serviços de terceiros	(1.367)	-	(377)	(1.744)	(2.045)	-	(43)	(2.088)
Serviços de terceiros partes relacionadas	-	-	(1.048)	(1.048)	-	-	(300)	(300)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.082)	-	-	(1.082)	(7.286)	-	-	(7.286)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 15)	-	-	-	-	(9.022)	-	-	(9.022)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.941)	-	-	(1.941)	(1.221)	-	-	(1.221)
Depreciação e amortização	(5.387)	-	-	(5.387)	(1.255)	-	-	(1.255)
Transporte de potência de energia	118	-	-	118	(153)	-	-	(153)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	10	-	10	-	(5)	-	(5)
Seguros	(459)	-	-	(459)	(354)	-	-	(354)
Outras receitas (despesas)	2	-	(219)	(217)	(4)	-	(631)	(635)
Total	(12.113)	10	(1.395)	(13.498)	(23.875)	(5)	(1.703)	(25.583)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	125	74
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	13	143
Variação cambial	121	28
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	76	-
	335	245
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(34)
Variação cambial realizada	-	(7)
Encargos de dívidas	(1.235)	(681)
Variação monetária	(41)	(4)
Atualização de impostos e multas	(17)	(91)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(63)	(78)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(35)	(179)
Despesas bancárias	(22)	-
Outras despesas financeiras	(383)	(2)
	(1.796)	(1.076)
Total	(1.461)	(831)

14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	47.858	61.152
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	3.829	4.892
Rendimento de aplicações financeiras	125	74
Outras receitas financeiras	89	143
Total base de cálculo	4.043	5.109
Alíquota do imposto de renda (15%)	(607)	(766)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(380)	(487)
Total do imposto de renda	(987)	(1.253)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	5.743	7.338
Rendimento de aplicações financeiras	125	74
Outras receitas financeiras	89	143
Total base de cálculo	5.957	7.555
Alíquota da contribuição social (9%)	(536)	(680)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.523)	(1.933)

15. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

15.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Mútuo		(9.753)	(13.752)	(1.235)	(230)
Compartilhamento de despesas comuns		(7.393)	-	(1.048)	-
Dividendos		(16.895)	-	-	-
Total		(34.041)	(13.752)	(2.283)	(230)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita	Receita (Despesa)
Compra e venda de energia		1130	333	9.489	9.930
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A	Janeiro de 2021 a dezembro de 2021	-	32	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A		-	32	-	382
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A		-	32	-	382
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A		-	32	-	382
Enel Trading Brasil	Janeiro de 2021 a dezembro de 2022	663	747	2.302	4.628
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A		(99)	(112)	-	1.095
Enel Green Power Salto Apiacas S.A	Julho de 2019 a junho de 2037	-	20	-	1.407
Enel Green Power Fazenda		(112)	-	-	877
Celg Distribuicao S.A. Celg D.		-	108	1.287	1.208
Enel Distribuição Ceará (Coelce)	Janeiro de 2016 a janeiro de 2046	100	97	1.140	1.057
Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)		322	321	3.757	3.591
Ampla Energia E Servicos S.A.		92	85	1.003	956
Enel Green Power Mourão S.A		-	(528)	-	(3.546)
Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA	Até o final da concessão	164	(756)	-	(5.476)
Enel Green Power Morro do Chapeu I Eolica S.A		-	64	-	753
Enel Green Power Morro do Chapeu II Eolica S.A		-	60	-	702
Mútuo		-	-	-	(751)
Enel Green Power Brasil Participações Ltda		-	-	-	(751)
Outras contas a receber/ a pagar		(707)	(501)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		(97)	(81)	-	-
Quatiara Energia S.A		107	81	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(321)	(321)	-	-
Enel Green Power Cabeça Boi S.A		(14)	-	-	-
Enel Green Power Mourão S.A		16	-	-	-
Enel Green Power Fazenda		112	-	-	-
Apiacas Energia S.A	Julho de 2019 a junho de 2037	(187)	(180)	-	-
Salto Apiacas S.A.		(322)	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A		(1)	-	-	-
Suporte Operacional		(1.013)	(1.137)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2021 até o término dos serviços	(1.013)	(1.137)	-	-
Total		(590)	(1.305)	9.489	9.179

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Outras contas a pagar: Saldo a pagar para as parceiras do grupo referente a despesas pagas por essas parceiras em nome das geradoras.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.316	3.316	1.277	1.277
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.566	6.566	5.887	5.887
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	10	10	10	10
			9.892	9.892	7.174	7.174
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.400	12.400	12.857	12.857
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	9.753	9.491	8.518	8.518
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	22.218	22.218	12.762	12.762
			44.371	44.109	34.137	34.137
Total			54.263	54.001	41.311	41.311

16.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, ambas atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	1.440	1.732	292	2.017	577
Total	1.440	1.732	292	2.017	577

16.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

16.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 15)	8.153	2.220	10.373
Total	8.153	2.220	10.373

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

16.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	9.753	8.518
Dívida	9.753	8.518
Caixa e equivalentes de caixa	(3.316)	(1.277)
Dívida líquida	6.437	7.241
Patrimônio líquido	219.476	212.179
Índice de endividamento líquido	3%	3%

17. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	239.336	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723
Frota	14/08/22	14/08/23	n/a	1.000

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.